

O BRICS NO SUDESTE ASIÁTICO: UMA PERSPECTIVA LIBERAL

Brice Tseen Fu Lee¹

Juan Pablo Sims²

Yun-Tso Lee³

Introdução

A expansão do BRICS para o Sudeste Asiático marca um importante avanço para a governança econômica global, abrindo novos canais para a cooperação econômica e o engajamento multilateral. A adesão plena da Indonésia, juntamente com a Tailândia, Vietnã e Malásia como nações parceiras, sinaliza uma mudança na orientação econômica da região em direção a parcerias diversificadas, para além das estruturas financeiras tradicionais lideradas pelo Ocidente (Norman 2024; Strangio 2025; Lee, Sims, et al. 2025). Sob uma ótica liberal, o BRICS fortalece a estabilidade regional e a prosperidade ao promover comércio, investimento e fluxos financeiros, fortalecer relações institucionais e defender reformas na governança global que beneficiem as economias do Sudeste Asiático (Lee e Sims 2024a; Y. Lissovolik e Vinokurov 2019).

Este artigo baseia-se no liberalismo institucional, que concebe as instituições internacionais como mecanismos que facilitam a cooperação ao reduzir incertezas, diminuir os custos de transação, ampliar fluxos de informação e criar expectativas de interações recorrentes (R. Keohane e Nye 1977; R. O. Keohane 1984; Ikenberry 2011; R. Keohane 1984). Sob essa perspectiva, o BRICS pode ser compreendido como uma plataforma institucional por meio da qual Estados do Sudeste Asiático diversificam

¹ Fudan University, Xangai, China e Universiti Malaya, Kuala Lumpur, Malásia. E-mail: briceleetseenfu@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9763-0700.

² Universidad del Desarrollo, Santiago, Chile. E-mail: jsims@udd.cl. ORCID: 0000-0002-9772-5563.

³ Universidad del Desarrollo, Santiago, Chile. E-mail: ylee@udd.cl.

parcerias, aprofundam a interdependência econômica e buscam maior representação na governança econômica global. O liberalismo é útil nesse caso porque explica por que Estados podem buscar instituições adicionais em vez de depender somente de relações de poder bilaterais. Para Estados do Sudeste Asiático, o BRICS oferece outro espaço diplomático e econômico onde podem engajar não apenas com a China, mas também com Índia, Brasil, Rússia, África do Sul e outras economias emergentes. Esse contexto institucional mais amplo pode aumentar a capacidade de negociação, reduzir a dependência de um único parceiro e criar mais oportunidades para cooperação em comércio, finanças, infraestrutura e desenvolvimento.

Crescimento econômico e interdependência são conhecidos há muito tempo como forças estabilizadoras nas relações internacionais, reduzindo a probabilidade de conflito e promovendo o crescimento mútuo por meio do comércio e investimento (R. Keohane e Nye 1977; Que et al. 2020). O BRICS, enquanto bloco econômico emergente, aprofundou a integração do Sudeste Asiático em uma rede econômica global mais ampla ao facilitar fluxos de capitais e fortalecer investimentos transfronteiriços. O crescente volume de comércio entre economias do BRICS e Estados da ASEAN reflete essa tendência, com a China e a Índia desempenhando papéis de destaque na ampliação do acesso ao mercado para as exportações do Sudeste Asiático (Armijo e Roberts 2014). A presença do Brasil e da África do Sul diversifica ainda mais as relações comerciais, oferecendo fontes alternativas de matérias-primas e ampliando os mercados consumidores para produtos do Sudeste Asiático (Armijo e Roberts 2014; Dergachev 2021). A decisão da Indonésia de se tornar membro pleno do BRICS reforça sua estratégia de diversificação econômica, garantindo acesso a novas fontes de investimento e reduzindo a dependência de uma única potência econômica (Strangio 2025; Lee, Kornphetcharat, et al. 2025). A participação da Tailândia, Vietnã e Malásia como nações parceiras sinaliza seu interesse no BRICS como uma plataforma complementar para cooperação econômica (Norman 2024).

O desenvolvimento institucional do BRICS proporciona canais de financiamento adicionais para as nações do Sudeste Asiático, particularmente por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) (Callaghan e Hubbard 2016; Mazenda e Ncwadi 2016). Essas instituições oferecem mecanismos de financiamento que diferem das práticas de concessão condicional de instituições tradicionais de Bretton Woods, permitindo maior flexibilidade na implementação de políticas econômicas. O NBD, em particular, se alinha com as metas de desenvolvimento dos Estados do Sudeste Asiático ao financiar projetos de larga escala de infraestrutura em transporte, energia e conectividade digital (NDB, n.d.b). À medida que as economias do Sudeste Asiático buscam

ampliar a integração econômica, os crescentes vínculos institucionais entre o BRICS e o Sudeste Asiático contribuem para um cenário financeiro mais resiliente. A expansão do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS fortalece ainda mais a estabilidade financeira ao fornecer suporte de liquidez aos membros e potenciais nações parceiras durante períodos de volatilidade econômica (Mazenda e Ncwadi 2016). O engajamento institucional entre os Estados-membros do BRICS e as estruturas lideradas pela ASEAN, como a Parceria Econômica Regional Abrangente e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, facilita políticas coordenadas e fortalece a governança econômica (Guo 2021; Park et al. 2021). Essas conexões refletem um compromisso compartilhado na promoção do desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

A cooperação multilateral é também um princípio fundamental do BRICS, e sua expansão para o Sudeste Asiático reforça o papel da região na formulação de reformas da governança global (Duggan et al. 2022; Creutz 2023a). A inclusão da Indonésia, Tailândia, Vietnã e Malásia no BRICS amplia sua influência coletiva nas instituições internacionais, particularmente na defesa de uma maior representação das economias emergentes nos processos decisórios. O BRICS tem reiteradamente defendido reformas no FMI e no Banco Mundial para melhor refletir as realidades econômicas contemporâneas, especialmente por meio de maior representação de mercados emergentes e países em desenvolvimento, uma vez que esta posição se alinha amplamente às preocupações de longa data do Leste Asiático quanto à governança desigual da arquitetura financeira internacional, embora Estados do Sudeste Asiático não abordem necessariamente esta agenda somente por meio do BRICS (Bond 2020; Lee e Sims 2024b; Mielniczuk 2013; Ayodele 2025). Por meio do BRICS, as economias do Sudeste Asiático obtêm acesso a canais de diplomacia que amplificam sua voz em negociações comerciais globais e na formulação de políticas econômicas (Lee e Sims 2024a). O compromisso do bloco com a cooperação Sul-Sul também cria um espaço para intercâmbios em tecnologia, investimento e políticas de desenvolvimento.

À medida que o BRICS continua a expandir seu alcance, é provável que seu papel no Sudeste Asiático ganhe mais importância. O potencial econômico impulsionado pelo BRICS pode proporcionar novas oportunidades de comércio e investimentos para a região, ao passo que o engajamento institucional fortalece a estabilidade financeira e a cooperação para o desenvolvimento (Bryndin 2022). A colaboração multilateral no BRICS pode ampliar a influência diplomática das nações do Sudeste Asiático na formulação da governança econômica global. A adesão plena da Indonésia e a participação da Tailândia, Vietnã e Malásia como nações parceiras ressaltam o

reconhecimento, por parte da região, do BRICS como uma plataforma valiosa para o crescimento econômico, o desenvolvimento institucional e a reforma da governança global (Hooijmaaijers 2021; Strangio 2025). Através de seu engajamento com o BRICS, o Sudeste Asiático fortalece sua posição em um cenário econômico cada vez mais multipolar, assegurando desenvolvimento e prosperidade contínuos e permitindo que Estados adotem melhores estratégias de proteção em uma era de multipolaridade (Sims e Lee 2025; Kuik 2016, 2021).

Este artigo questiona, portanto: como o engajamento com o BRICS amplia as opções econômicas e institucionais disponíveis aos Estados do Sudeste Asiático e quais oportunidades e limitações isso gera para a autonomia, coesão e papel da ASEAN na governança global?

O papel econômico do BRICS no Sudeste Asiático

À medida que a Indonésia assume adesão plena ao BRICS e a Tailândia, o Vietnã e a Malásia se juntam como nações parceiras, sua participação destaca o atrativo econômico do BRICS como uma plataforma alternativa ou complementar para o crescimento regional. Ao contrário de algumas estruturas econômicas lideradas pelo Ocidente que impõem condicionalidades ou medidas de austeridade à cooperação econômica, o BRICS se apresenta como uma alternativa mais flexível e voltada para o desenvolvimento, alinhando-se às aspirações das nações do Sudeste Asiático por maior autonomia na formulação de políticas econômicas (Lee e Sims 2024a; Abdenur 2014; Petras e Brill 1986; Frangakis 2015). Embora a presença do BRICS no Sudeste Asiático seja frequentemente vista como um contrapeso às instituições ocidentais, seu real impacto econômico depende do grau em que fomenta o comércio, investimentos, desenvolvimento de infraestrutura e inovação tecnológica (Mazenda e Ncwadi 2016; Kutu e Ngalawa 2017; Y. D. Lissovolik 2023). O crescente e potencial impacto econômico entre as nações do BRICS e do Sudeste Asiático suscita questões relevantes a respeito dos benefícios e riscos potenciais associados a um maior engajamento.

Comércio e Fluxos de Investimentos: o BRICS como um Parceiro Econômico para o Sudeste Asiático

Nos últimos anos, o comércio entre as nações do BRICS e os Estados do Sudeste Asiático cresceu consideravelmente, com a China e a Índia

desempenhando papéis dominantes no estabelecimento dos fluxos comerciais da região. A China tem sido o principal parceiro comercial da ASEAN há mais de uma década, com um comércio bilateral superior a US\$975 bilhões em 2022, um valor que ultrapassa o comércio da ASEAN com a União Europeia e os Estados Unidos (ASEAN Stats 2023; L. Chen et al. 2024). A Índia, apesar de ser um ator de menor porte em termos de volume comercial absoluto, fortaleceu seus laços econômicos com o Sudeste Asiático por meio do acordo de Parceria Econômica Regional Abrangente e diversos pactos comerciais bilaterais (Yoo e Kim 2016; Banik e Kim 2024). Brasil, Rússia e África do Sul contribuem para o comércio do Sudeste Asiático ao fornecerem commodities, recursos energéticos e matérias-primas, diversificando as fontes de importação da ASEAN (ASEAN Stats 2023; Korolev 2024; Silva Araújo et al. 2025).

Os Estados-membros do BRICS também aumentaram seus investimentos diretos externos no Sudeste Asiático, particularmente nos setores de manufatura, de energia e economia digital (ASEAN Stats s.d.). Os investimentos chineses no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota transformaram a infraestrutura da região, enquanto empresas indianas concentraram-se em serviços de TI, setor farmacêutico e startups em mercados como o Vietnã e a Indonésia (ASEAN Stats s.d.; Gong 2019; Sims et al. 2023; Lee et al. 2026). Os laços crescentes do agronegócio brasileiro com o Sudeste Asiático, especialmente nas importações de óleo de palma e exportações de soja, sinalizam uma relação comercial em expansão (ASEAN Stats 2023). Embora menos expressivos, os investimentos russos concentram-se em projetos de defesa, energia e mineração, particularmente no Vietnã e na Tailândia (ASEAN Stats s.d.).

O volume crescente de comércio e fluxos financeiros entre o BRICS e as nações da ASEAN ressalta o potencial para o Sudeste Asiático aproveitar o BRICS como um parceiro econômico alternativo. Sob uma perspectiva liberal, essas relações comerciais e de investimento são importantes porque a interdependência econômica pode criar incentivos para cooperação contínua, coordenação de políticas e engajamento institucional (R. Keohane e Nye 1977). Contudo, surgiram preocupações quanto ao grau de dependência econômica em relação à China (Lau e Po Lee 2008; Ting 2016). Embora o BRICS promova uma economia global multipolar, suas assimetrias econômicas internas, nas quais a China detém a maior parcela de trocas comerciais do BRICS, levantam questionamentos sobre se o BRICS fomenta uma multipolaridade genuína ou se serve apenas como uma extensão do alcance econômico chinês.

Para além disso, alguns críticos argumentam que, embora os investimentos de Estados-membros do BRICS contribuam para o crescimento econômico, eles, com frequência, carecem de padrões de

governança, transparência e medidas de proteção ambiental exigidos por instituições ocidentais (Li 2019; Hooijmaaijers 2021). Em comparação com instituições financeiras de desenvolvimento lideradas pelo Ocidente, o Novo Banco de Desenvolvimento oferece um modelo de financiamento menos intrusivo centrado no protagonismo do mutuário, nas prioridades nacionais de desenvolvimento e na utilização dos sistemas do país (NDB s.d.b). Isso significa que os empréstimos do NBD são, em geral, menos associados a condicionalidades de política macroeconômica do que os empréstimos no estilo do FMI ou do Banco Mundial, embora o Banco ainda mantenha medidas de proteção sociais e ambientais para seus projetos (Güngen 2023; Wang 2019; Cooper 2017; Biglaiser e McGauvran 2022; Cormier e Manger 2022; NDB s.d.b). Isso levanta preocupações sobre se as economias da ASEAN se beneficiam do engajamento com o BRICS de maneira verdadeiramente sustentável ou se correm o risco de uma dependência excessiva do capital do BRICS, sem abordar as lacunas regulatórias.

Desenvolvimento de Infraestrutura: O Papel do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) na ASEAN

O financiamento de infraestrutura é um dos instrumentos dos Estados-membros do BRICS de engajamento econômico com o Sudeste Asiático. Embora não seja uma instituição do BRICS, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, sigla em inglês) é liderado pela China e atua como um importante financiador de projetos de infraestrutura no Sudeste Asiático (Callaghan e Hubbard 2016; Cammack 2020; Creutz 2023b). Desde sua fundação, o AIIB financiou mais de US\$5 bilhões em projetos de infraestrutura na ASEAN, com investimentos voltados para sistemas de transporte, energia e gestão de recursos hídricos (AIIB, s.d.). A ênfase do AIIB em infraestrutura se alinha com o Master Plan on ASEAN Connectivity 2025, que busca melhorar a conectividade regional e reduzir as lacunas de infraestrutura. É importante perceber que o AIIB não é incluído aqui como um mecanismo formal do BRICS, mas como parte de um ecossistema de financiamento mais amplo, centrado na China, que molda como a presença econômica do BRICS é percebida no Sudeste Asiático. De uma perspectiva liberal institucionalista, isso é importante porque as instituições podem situar relações assimétricas dentro de contextos mais amplos de interação recorrente, negociação e barganha. O BRICS, portanto, oferece aos países

do Sudeste Asiático mais um fórum multilateral para lidar com a influência econômica chinesa, em vez de basear-se apenas em negociações bilaterais relativas ao financiamento de infraestrutura.

O Novo Banco de Desenvolvimento, fundado por membros do BRICS, tem tido um papel mais limitado no Sudeste Asiático em comparação com o AIIB, mas ampliou seu escopo de financiamento após a inclusão de novos membros (Ocran 2024). O ingresso da Indonésia nos BRICS abre caminho para melhores condições de financiamento do NDB, o que poderia complementar o impulso de infraestrutura da Indonésia, particularmente em iniciativas de energia renovável e cidades inteligentes. Além disso, é importante notar que qualquer membro da ONU pode solicitar financiamento do NBD, contudo os Estados-membros do BRICS possuem direito a voto, tornando-o mais vantajoso para a Indonésia. O NBD fornece empréstimos com condicionalidades menos rigorosas em comparação ao Banco Mundial ou ao FMI, o que atrai governos que buscam maior controle sobre as políticas econômicas. Em termos do liberalismo institucional, o NBD ilustra como novas instituições multilaterais podem ampliar o leque de cooperação disponível para Estados em desenvolvimento, mesmo quando as instituições seguem sendo moldadas por assimetrias entre seus membros (R. O. Keohane 1984; Wang 2019; Cooper 2017).

Por outro lado, a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, sigla em inglês) continua sendo o projeto de infraestrutura com maior visibilidade da região. Os investimentos da BRI em portos, rodovias e ferrovias transformaram as redes logísticas no Sudeste Asiático, com grandes projetos que incluem a Ferrovia de Alta Velocidade Jacarta-Bandung na Indonésia, o Link Ferroviário da Costa Leste na Malásia e portos de águas profundas no Mianmar e no Vietnã (Purba e Purba 2020; Jaipragas 2019; Huyen e Thang 2020). Embora os projetos da BRI tenham acelerado o crescimento econômico, criado empregos e melhorado a qualidade da infraestrutura, eles também vêm sendo criticados por seus termos de empréstimo pouco transparentes, riscos de sustentabilidade da dívida e dependência política. Isso é significativo porque a BRI não é institucionalmente um projeto do BRICS. No entanto, é relevante porque a posição dominante da China no BRICS permite que sua diplomacia de infraestrutura mais ampla influencie a percepção dos países do Sudeste Asiático a respeito do financiamento ao desenvolvimento vinculado ao bloco. O liberalismo institucional ajuda a explicar por que isso é significativo: o BRICS oferece outro fórum onde Estados do Sudeste Asiático podem engajar com a China dentro de um ambiente institucional mais amplo, comparar opções de financiamento e preservar maior autonomia nas negociações.

Sob uma ótica liberal institucionalista, o BRICS é relevante por

fornecer mais um ambiente multilateral por meio do qual Estados do Sudeste Asiático podem interagir com as principais economias emergentes, incluindo China, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul. O liberalismo destaca o papel das instituições na redução da dependência de relações de poder bilaterais, na criação de interações recorrentes e na ampliação das oportunidades de cooperação. Isso é especialmente importante em relação à China, dado seu papel no AIIB e na BRI, contudo, o valor do BRICS não se limita apenas ao país. Em vez de negociar financiamento de infraestrutura apenas via canais diretos com Pequim, os Estados da ASEAN podem utilizar fóruns relacionados ao BRICS para inserir a China em um ambiente institucional mais amplo envolvendo outras economias emergentes. Esse ambiente mais amplo pode ajudá-los a comparar opções de financiamento, atrair parceiros alternativos, facilitar o comércio e preservar maior autonomia de políticas. Como resultado, um maior engajamento com o BRICS pode criar, indiretamente, caminhos para o estabelecimento de laços econômicos e institucionais mais profundos com a China, ao mesmo tempo em que amplia o engajamento da ASEAN com outras grandes economias do Sul Global.

Economia Digital e Inovação: O futuro da Cooperação Tecnológica entre BRICS e ASEAN

Para além do comércio tradicional e infraestrutura, os BRICS têm ampliado seu engajamento com o Sudeste Asiático nas áreas de economia digital, transferência de tecnologia e ecossistemas de inovação. A *China-ASEAN Digital Silk Road* facilitou a cooperação em tecnologia 5G, *e-commerce* e inteligência artificial, com gigantes chinesas da tecnologia como Huawei e Alibaba investindo em infraestrutura de nuvem na região (Huadong 2018; Hussain et al. 2024). A Rota da Seda Digital é relevante neste contexto, pois o papel central da China no BRICS permite que sua diplomacia de infraestrutura digital molde as percepções do Sudeste Asiático sobre a cooperação tecnológica associada ao bloco. A especialização indiana em TI e software também a posicionou como um parceiro digital fundamental para a ASEAN, com empresas indianas contribuindo para a expansão de fintechs, cibersegurança e pagamentos digitais na Indonésia e no Vietnã (Arora et al. 2001).

O papel das economias do BRICS em cidades inteligentes e na governança digital também vem crescendo, com a China e a Índia especialmente ativas no desenvolvimento urbano impulsionado pela tecnologia, em serviços digitais e na cooperação em inovação (Crumpton et al. 2021; Kusumastuti e

Rouli 2021). O financiamento do NBD a projetos de infraestrutura digital pode potencialmente visar a melhoria da conectividade, governança eletrônica e inclusão digital, particularmente em áreas rurais e desatendidas (NDB 2026, s.d.a). Apesar desses avanços, as nações do Sudeste Asiático devem conduzir sua cooperação digital com o BRICS com cautela, tendo em vista que a integração tecnológica pode aumentar riscos de cibersegurança, preocupações com a soberania de dados e problemas de propriedade intelectual. As tensões geopolíticas em torno da dominância tecnológica da China e preocupações com a vigilância digital levaram algumas nações da ASEAN a diversificar suas parcerias digitais, equilibrando o envolvimento do BRICS com colaborações com Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos. Embora as economias do BRICS, em particular China e Índia, ofereçam soluções de infraestrutura digital acessíveis, permanecem dúvidas sobre padrões tecnológicos, leis regulatórias e governança digital. As nações da ASEAN devem avaliar se o engajamento tecnológico apoiado pelo BRICS fomenta uma verdadeira capacidade de inovação ou reforça a dependência digital em relação a alguns poucos atores dominantes dentro do bloco.

O *Digital Economy Framework Agreement* (DEFA) da ASEAN é importante nesse contexto, pois fornece uma resposta institucional regional ao engajamento digital externo (DEFA 2023; Lee, Dinh, et al. 2025). De uma perspectiva liberal-institucional, o DEFA mostra como a ASEAN pode usar regras, diretrizes e coordenação regional para gerir a cooperação digital com as economias do BRICS, ao mesmo tempo que preserva sua autonomia regulatória. Ao desenvolver abordagens comuns para comércio digital, cibersegurança, interoperabilidade e inclusão digital, a ASEAN pode engajar-se com a China, Índia e outras economias do BRICS sem se tornar dependente de qualquer fornecedor externo específico. Nesse sentido, o DEFA fortalece a capacidade da ASEAN de se beneficiar de infraestruturas digitais relacionadas ao BRICS, enquanto garante que a transformação digital permaneça ancorada em uma governança liderada pela ASEAN e não no domínio tecnológico externo.

O BRICS e o Multilateralismo no Sudeste Asiático

A ASEAN, historicamente caracterizada por seu princípio de não interferência e tomada de decisão baseada em consenso, tem engajado principalmente com instituições financeiras e estruturas econômicas lideradas pelo Ocidente, pelo Leste Asiático e pela própria ASEAN (Ramcharan 2000). O papel crescente do BRICS apresenta oportunidades e desafios à estrutura

institucional da ASEAN, normas diplomáticas e estratégias de governança global. O liberalismo institucional ajuda a explicar por que os Estados da ASEAN podem valorizar o BRICS não apenas como um contrapeso às instituições Ocidentais, mas como uma arena institucional adicional que pode ampliar as opções de negociação ao mesmo tempo que preserva seu engajamento com estruturas regionais existentes (Ikenberry 2011; R. Keohane 1984; Acharya 2004). Embora o BRICS ofereça um caminho multilateral alternativo que se alinha com as aspirações dos Estados do Sudeste Asiático de maior representação nas instituições internacionais, sua compatibilidade com mecanismos liderados pela ASEAN permanece um debate (Suoneto e Lee 2024; Lee, Sims, et al. 2025). Defensores argumentam que o BRICS fortalece a autonomia estratégica da ASEAN e seu poder de barganha nas instituições globais, enquanto críticos alertam que as assimetrias econômicas e políticas do BRICS, em especial o papel dominante da China, podem perturbar o equilíbrio interno da ASEAN e sua abordagem diplomática de longa data (Suoneto e Lee 2024; Norman 2024; Strangio 2025).

É por isso que o BRICS é importante para o multilateralismo do Sudeste Asiático. O liberalismo institucional destaca que as instituições podem reduzir incertezas, criar interações contínuas, ampliar acesso diplomático e oferecer a potências menores e médias mais canais de negociação com Estados maiores. O BRICS pode, portanto, ser compreendido como uma plataforma suplementar que permite o engajamento de Estados do Sudeste Asiático com a China, Índia, Brasil e as outras principais economias emergentes em um ambiente institucional mais amplo, e não via relações bilaterais isoladas. Nesse sentido, o BRICS apoia uma visão liberal de multilateralismo ao ampliar o número de fóruns por meio dos quais cooperação, negociações e coordenação de políticas podem acontecer.

Colaboração com a ASEAN: o BRICS e o Modelo de Multilateralismo da ASEAN

O multilateralismo da ASEAN fundamenta-se nos princípios de não intervenção, soberania e tomada de decisão baseada em consenso. Esse modelo permitiu à ASEAN manter a estabilidade e evitar confrontações diretas entre Estados-membros (Ramcharan 2000). Contudo, também tem sido criticado por limitar a tomada de decisão rápida, atrasar a implementação de políticas e impedir uma integração institucional robusta (Jones 2010). O BRICS, por outro lado, promove uma forma de cooperação mais flexível, conduzida pelos Estados, na qual engajamentos econômicos e parcerias estratégicas

são frequentemente definidos por interesses nacionais, em vez de mandatos institucionais (Hooijmaaijers 2021; Lee e Sims 2024a; Y. D. Lissovolik 2023; Armijo e Roberts 2014). O BRICS, portanto, não se enquadra no modelo multilateral da ASEAN. Sua ênfase na soberania e na não intervenção alinha-se às tradições diplomáticas da ASEAN, mas sua preferência por engajamento flexível, conduzido pelos Estados, pode enfraquecer o papel coletivo da ASEAN se a cooperação ocorrer principalmente por meio de canais bilaterais e não de mecanismos liderados pela ASEAN.

Por um lado, o BRICS parece amplamente compatível com o princípio de não intervenção da ASEAN. Seu modelo de financiamento para desenvolvimento, particularmente através do Novo Banco de Desenvolvimento, é frequentemente apresentado como menos oneroso em condicionalidades do que os empréstimos no estilo do FMI ou Banco Mundial, especialmente em relação a reformas macroeconômicas, governança, direitos humanos e padrões ambientais (Chew 1994; Rodan 2009; Ikenberry 2011; Biglaiser e McGauvran 2022; Cormier e Manger 2022). Essa abordagem de não intervenção alinha-se com a preferência da ASEAN pela soberania na tomada de decisões, tornando os Estados do BRICS parceiros ou alternativas atraentes para os Estados do Sudeste Asiático que buscam autonomia financeira.

No entanto, céticos argumentam que as dinâmicas internas de poder do BRICS, particularmente o predomínio político e econômico da China, podem desafiar a independência diplomática da ASEAN (Castro 2017; Lee, Bettani, Sims, et al. 2024; Lee, Bettani, e Sims 2024; Lukin e Xuesong 2019). Embora o BRICS não imponha intervenções políticas diretas, sua influência econômica, padrões de investimento e considerações securitárias podem indiretamente moldar as políticas dos membros da ASEAN. Se o engajamento do BRICS no Sudeste Asiático atender principalmente aos interesses econômicos chineses, em detrimento da tomada de decisão coletiva, poderá gerar tensões no modelo multilateral da ASEAN (Beeson e Zeng 2018; Lukin e Xuesong 2019).

Além disso, o processo institucionalizado da ASEAN de tomada de decisão baseado em consenso pode não se alinhar facilmente ao modelo de cooperação mais flexível e informal do BRICS. O BRICS opera formalmente por consenso, porém sua estrutura institucional flexível permite que membros busquem arranjos bilaterais e minilaterais fora da estrutura coletiva do bloco. Isso suscita questões sobre se a ASEAN, enquanto uma entidade coletiva, consegue negociar efetivamente com o BRICS ou se os Estados-membros da ASEAN irão interagir com o BRICS separadamente, em termos bilaterais, o que poderia enfraquecer a coesão da ASEAN.

Em última análise, a questão fundamental não é se o BRICS é compatível com a norma de não intervenção da ASEAN. Em grande medida,

é compatível. A questão mais profunda é se o engajamento com o BRICS fortalece a capacidade de barganha coletiva da ASEAN ou encoraja relações bilaterais fragmentadas entre Estados individuais do Sudeste Asiático e as maiores potências do BRICS, especialmente a China.

Sinergias Institucionais: os Mecanismos liderados pelo BRICS e pela ASEAN

O BRICS e a ASEAN interagem por meio de diversas plataformas regionais sobrepostas que criam oportunidades para articulação institucional, coordenação comercial e cooperação econômica. Elas incluem a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, sigla em inglês), a ASEAN+3 e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês) (ASEAN 2021; Soesastro 1995; Armstrong e Drysdale 2022; Park et al. 2021). Cada uma dessas estruturas apresenta oportunidades para engajamento entre BRICS e ASEAN, mas também traz desafios em relação à coordenação institucional e governança econômica. Seu valor reside menos na criação de um mecanismo formal entre BRICS e ASEAN e mais na ampliação do número de espaços institucionais nos quais países do Sudeste Asiático podem interagir com as economias do BRICS.

A RCEP, o maior acordo de livre comércio do mundo, inclui a China e a Indonésia como membros do BRICS, junto da Malásia, Tailândia e Vietnã como países parceiros do bloco (X. Chen et al. 2023; Armstrong e Drysdale 2022; Wu 2020). Com a adesão plena da Indonésia ao BRICS e a participação da Tailândia, Vietnã e Malásia como nações parceiras, a RCEP oferece uma plataforma na qual economias ligadas ao BRICS e aos Estados da ASEAN podem aprofundar a coordenação comercial, fortalecer vínculos regulatórios e construir redes econômicas mais amplas. Isso pode resultar em maior integração econômica, redução de barreiras comerciais e alinhamento dos marcos regulatórios entre a ASEAN e as economias do BRICS. Contudo, o desafio reside em garantir que o engajamento do BRICS na RCEP não enfraqueça a liderança da ASEAN no estabelecimento de normas e políticas comerciais. Dada a forte influência econômica da China na RCEP, alguns Estados-membros da ASEAN podem temer que o envolvimento do BRICS incline as regras econômicas a favor de estruturas lideradas pela China, em detrimento daquelas lideradas pela ASEAN.

O mecanismo ASEAN+3, que inclui China, Japão e Coreia do Sul, também cria outro espaço no qual os países da ASEAN interagem com as principais economias do BRICS, especialmente em discussões sobre

estabilidade financeira regional e coordenação de políticas monetárias (Stubbs 2002; Hund 2003). A Iniciativa de Chiang Mai, um acordo de swap cambial concebido para proteger as economias da ASEAN de crises financeiras, poderia se beneficiar de uma possível colaboração com o Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, oferecendo uma alternativa ao financiamento de emergência do FMI (Mazenda e Ncwadi 2016).

A APEC serve como outra plataforma multilateral na qual diversas economias da ASEAN e ligadas ao BRICS interagem (Soesastro 1995). A ênfase da APEC na liberalização econômica e em políticas de livre mercado poderia complementar as estratégias de financiamento para desenvolvimento do BRICS, particularmente no comércio digital, desenvolvimento sustentável e investimento em infraestrutura. No entanto, o alinhamento da APEC às normas comerciais ocidentais pode gerar diferenças ideológicas com o BRICS, que favorece um modelo econômico mais orientado ao Estado e voltado ao desenvolvimento (Wigell 2016). Essa divergência ideológica levanta preocupações sobre se a ASEAN deveria aprofundar seu engajamento com o BRICS dentro das estruturas da APEC ou manter um equilíbrio entre os modelos de governança econômica ocidentais e os apoiados pelo BRICS.

Ao mesmo tempo, o liberalismo institucional sugere que a sobreposição de instituições pode ampliar as opções do Estado, em vez de simplesmente gerar dependência. Ao articular o BRICS juntamente com mecanismos liderados pela ASEAN, como RCEP, ASEAN+3 e APEC, os Estados do Sudeste Asiático podem fortalecer sua capacidade de negociação em múltiplas plataformas. Isso reflete uma compreensão liberal das instituições como instrumentos para cooperação, compartilhamento de informações e interação contínua. Essa pluralidade institucional pode facilitar o comércio, reduzir a dependência econômica excessiva a uma única estrutura e dar a países da ASEAN mais margem de negociação com economias maiores.

Sinergias institucionais entre o BRICS e mecanismos liderados pela ASEAN poderiam proporcionar às economias do Sudeste Asiático mais opções econômicas, apoio financeiro diversificado e arranjos comerciais alternativos. Elas também poderiam fortalecer o perfil global do BRICS e da ASEAN, criando canais de cooperação mais amplos entre o Sudeste Asiático e as principais economias emergentes. Porém, a ASEAN deve conduzir essas interações com cautela para evitar fragmentação institucional, dependência econômica e alinhamentos geopolíticos que comprometam a estabilidade regional.

Reformando a Governança Global: BRICS, ASEAN e Instituições

Internacionais

Um dos principais objetivos do BRICS é reformar o domínio ocidental nas instituições de governança global, incluindo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (Bond 2020; Güven 2017; Helleiner 1992). As nações do BRICS têm consistentemente pautado maior representação de economias em desenvolvimento em processos de tomada de decisão, um objetivo que se alinha ao interesse de alguns países do Sudeste Asiático por uma ordem econômica mundial mais inclusiva. Isso reflete uma leitura reformista, e não puramente revisionista, do BRICS: sob uma perspectiva liberal internacionalista, a demanda por maior representação não rejeita necessariamente a ordem multilateral, mas busca ajustar suas regras e redistribuir a participação decisória (Ikenberry 2011; Güven 2017; Vestergaard e Wade 2013).

Essa posição reformista também se estende às Nações Unidas, particularmente ao Conselho de Segurança (Orakhelashvili 2005; Gould e Rablen 2016). Para muitos Estados em desenvolvimento, o Conselho de Segurança permanece uma instituição desigual, pois a condição de membro permanente e o poder de veto continuam a refletir a distribuição de poder do pós-1945, em vez das realidades políticas e econômicas contemporâneas. Sob uma ótica liberal internacionalista, isso é significativo porque a legitimidade das instituições multilaterais depende não somente de regras, mas também da representação justa e participação expressiva. Portanto, o apoio do BRICS a uma ordem internacional mais representativa ressoa com as preocupações do Sudeste Asiático quanto à participação e à equidade na governança global, ainda que Estados da ASEAN tenham posições divergentes quanto à forma direta com que apoiam propostas específicas de reforma do Conselho de Segurança.

No FMI e no Banco Mundial, o BRICS tem defendido reformas nos direitos de voto, nas condições de empréstimo e na governança financeira, argumentando que as estruturas atuais favorecem as economias ocidentais desproporcionalmente (Vestergaard e Wade 2013; Aleksia e Bakhtiar 2023; Ayodele 2025). Estados-membros da ASEAN, que com frequência criticaram os programas de ajuste estrutural do FMI por impor condições econômicas rígidas, poderiam beneficiar-se da defesa, por parte do BRICS, de condições de empréstimo mais flexíveis e de fontes de financiamento diversificadas (Greenaway e Morrissey 1993; Harrigan e Mosley 1991). O Novo Banco de Desenvolvimento oferece às nações do Sudeste Asiático uma alternativa às instituições financeiras tradicionais, lideradas pelo Ocidente, reduzindo a dependência de empréstimos acompanhados de exigências políticas rigorosas.

No entanto, a abordagem do BRICS em relação à reforma da governança global não está isenta de desafios. Alguns Estados-membros da ASEAN podem questionar se o BRICS representa genuinamente os interesses das nações em desenvolvimento ou atende principalmente às ambições geopolíticas de seus maiores membros, particularmente a China e a Índia (Y. D. Lissovolik 2023; Suoneto e Lee 2024; Norman 2024). Embora o BRICS defenda a multipolaridade na governança global, críticos argumentam que sua dinâmica de poder interna reflete uma concentração de influência semelhante, com a China desempenhando um papel econômico dominante no bloco (Roberts 2019).

Na OMC, os membros do BRICS têm, de modo geral, se apresentado como defensores de um sistema comercial multilateral baseado em regras que proteja os interesses de países em desenvolvimento, inclusive por meio de tratamento especial e diferenciado e da oposição a medidas comerciais unilaterais ou protecionistas (Fernández e Rodriguez 2026). Isso coincide amplamente com o apoio da ASEAN à liberalização comercial, à redução de tarifas e a uma ordem comercial aberta e baseada em regras (Sally 2004). No entanto, o BRICS não deve ser tratado como uma coalizão comercial plenamente coerente. Seus membros possuem interesses comerciais nacionais distintos e muitas vezes adotam diferentes políticas comerciais, o que significa que o BRICS pode nem sempre funcionar como um defensor consistente das prioridades do Sudeste Asiático nas negociações comerciais globais.

O engajamento do BRICS na reforma da governança global apresenta tanto oportunidades quanto dilemas para os Estados da ASEAN. Para alguns Estados do Sudeste Asiático, o BRICS oferece uma plataforma adicional para suscitar preocupações sobre representação desigual, práticas rígidas de empréstimo e o domínio contínuo das economias avançadas na governança financeira global. Isso se conecta diretamente ao liberalismo institucional, que não trata as instituições como espaços neutros, mas como plataformas onde regras, voz e representação podem ser contestadas e revistas por meio do engajamento multilateral. Nesse sentido, o BRICS pode possibilitar que Estados do Sudeste Asiático participem de debates mais amplos sobre reformas na ONU, no FMI, no Banco Mundial e na OMC, enquanto também fortalecem sua posição de negociação na ordem internacional existente. Contudo, a ASEAN deve garantir que seus interesses não sejam ofuscados por maiores ambições estratégicas de membros do BRICS. O engajamento com o BRICS poderia fortalecer a influência global da ASEAN, mas somente se a ASEAN mantiver sua independência, unidade institucional e flexibilidade estratégica na governança econômica internacional.

Desafios e Limitações do Engajamento do BRICS no Sudeste Asiático

Sob uma perspectiva liberal institucional, esses desafios demonstram que alternativas institucionais não são automaticamente benéficas. O BRICS pode ampliar as opções da ASEAN, porém seu valor depende de a cooperação ser transparente, previsível e favorável à autonomia coletiva da ASEAN, em vez de gerar novas formas de dependência. A ascensão do BRICS como um parceiro econômico para Estados-membros da ASEAN levanta questões sobre modelos de governança, preservação da autonomia da ASEAN e diversidade interna do próprio BRICS (Suoneto e Lee 2024; Norman 2024; Porca-Konjikusic et al. 2024). Embora parte do debate considere o BRICS como um contrapeso necessário às instituições financeiras lideradas pelo Ocidente, há quem afirme que seu papel a longo prazo na região permanece incerto devido a prioridades políticas inconsistentes, assimetrias econômicas e possíveis preocupações com a soberania (Beeson e Zeng 2018; Lukin e Xuesong 2019; Suoneto e Lee 2024). A capacidade dos Estados-membros da ASEAN de lidar de forma eficaz com o engajamento do BRICS determinará se essa parceria reforça a estabilidade econômica regional ou introduz novas complexidades que a ASEAN precisará gerenciar.

Narrativas Concorrentes: Governança Econômica liderada pelo Ocidente vs. BRICS

A primeira limitação diz respeito à tensão entre flexibilidade e prestação de contas. O BRICS se apresenta como uma alternativa à governança econômica liderada pelo Ocidente, ao oferecer financiamento para desenvolvimento com menos condicionantes de política macroeconômica. Isso atrai governos que buscam maior autonomia nas políticas. No entanto, sob uma perspectiva liberal institucionalista, o valor da instituição não depende somente da flexibilidade, mas também de transparência, regras, monitoramento e uma governança previsível. A questão, portanto, é se o financiamento para desenvolvimento do BRICS pode proporcionar autonomia sem comprometer a prestação de contas.

O FMI e o Banco Mundial desempenharam historicamente um papel dominante no estabelecimento das políticas econômicas das nações do Sudeste Asiático – especialmente durante crises financeiras, como a crise financeira

asiática de 1997 (Chung 2021; Güven 2017; Biglaiser e McGauvran 2022; Harrigan e Mosley 1991; Vestergaard e Wade 2013). Embora essas instituições tenham sido criticadas por impor condições neoliberais rígidas, incluindo austeridade fiscal, reformas estruturais e desregulamentação, seus defensores argumentam que os esforços de estabilização econômica de longo prazo contribuíram para a resiliência financeira e o desenvolvimento institucional (IMF 1998; Petras e Brill 1986; Frangakis 2015). Essas condições muitas vezes priorizam a confiança dos investidores em detrimento da estabilidade econômica interna, resultando em desigualdade social, vulnerabilidade econômica e menor flexibilidade de políticas para os Estados receptores.

O BRICS, por meio de instituições como o NBD, pode oferecer um modelo diferente. Essa instituição pode fornecer empréstimos e investimento sem a imposição de muitas condições políticas que exijam reformas estruturais (Creutz 2023b, 2023a; De Jonge 2017). Isso atrai vários governos da ASEAN que buscam maior controle de políticas sobre sua economia, especialmente no desenvolvimento de infraestrutura e na transformação digital. Porém, esse modelo de financiamento menos condicional levanta preocupações quanto à transparência, responsabilidade de governança e sustentabilidade dos projetos no longo prazo. Críticos argumentam que a ênfase do BRICS em parcerias econômicas dirigidas pelo Estado, em vez de estruturas de governança institucionalizadas, poderia criar desafios na garantia de responsabilidade financeira e prevenção da dependência de dívida (Behuria 2018; Shaikh e Chen 2021).

Um debate fundamental nessa competição entre modelos de governança econômica gira em torno da sustentabilidade da dívida e de dependências estratégicas. Instituições lideradas pelo Ocidente, apesar de suas rígidas condicionalidades, frequentemente possuem diretrizes claras sobre a gestão de risco da dívida, enquanto instituições de financiamento para desenvolvimento mais recentes ainda estão sendo avaliadas em termos de transparência, garantias e eficácia da governança a longo prazo (Lai et al. 2020; Petras e Brill 1986; Frangakis 2015). Embora Estados-membros da ASEAN tenham, em grande medida, adotado uma postura de cautela em relação ao financiamento do BRICS, permanece a questão se projetos apoiados pelo BRICS criarão resiliência econômica de longo prazo ou introduzirão novas vulnerabilidades financeiras à região. Isso significa que o BRICS não resolve automaticamente os problemas associados ao sistema financeiro liderado pelo Ocidente. Ele altera os termos do engajamento institucional, mas os Estados da ASEAN ainda precisam de mecanismos domésticos e regionais robustos para avaliar os riscos de endividamento, a qualidade dos projetos e os resultados de desenvolvimento a longo prazo.

Apesar dessas narrativas, as nações do Sudeste Asiático não buscam substituir um modelo por outro. Em vez disso, diversos Estados da ASEAN estão equilibrando ou diversificando suas relações tanto com o BRICS quanto com instituições lideradas pelo Ocidente, diversificando estrategicamente suas parcerias financeiras para maximizar benefícios econômicos, enquanto minimizam risco.

A autonomia da ASEAN: equilibrando o engajamento com o BRICS sem comprometer sua soberania regional

A segunda limitação diz respeito à capacidade da ASEAN de preservar sua agência coletiva. O liberalismo institucional pressupõe que instituições podem auxiliar potências pequenas e médias a fortalecer sua posição de negociação, mas isso depende se agem coletivamente ou separadamente. Para a ASEAN, o risco é que o engajamento com o BRICS ocorra principalmente por meio de canais bilaterais, especialmente quando a China está envolvida, em vez de por meio de mecanismos liderados pela ASEAN. Isso poderia conferir maior flexibilidade no curto prazo aos Estados, mas enfraquecer a influência coletiva da ASEAN ao longo do tempo.

Um dos pontos fortes da ASEAN, ao menos em algumas áreas, é sua capacidade de negociação coletiva como bloco, garantindo que os engajamentos econômicos se alinhem com as prioridades regionais, em vez de serem ditados por potências externas (Jones 2010; Arnakim e Mat 2021). A preocupação com o envolvimento do BRICS é se suas ações ocorrerão principalmente por meio de acordos bilaterais, e não por estruturas lideradas pela ASEAN. Enquanto algumas parcerias econômicas ocidentais engajam com a ASEAN como uma entidade coletiva, as interações do BRICS têm sido moldadas, em grande medida, por acordos bilaterais entre Estados, particularmente aqueles que envolvem a China. Essa abordagem de engajamento bilateral pode enfraquecer a capacidade da ASEAN de apresentar uma estratégia econômica unificada e pode levar à fragmentação na coordenação de políticas regionais.

A questão da soberania econômica também está estreitamente ligada à diplomacia da dívida e a dependências financeiras. Embora o BRICS se apresente como uma alternativa às instituições lideradas pelo Ocidente, persistem preocupações quanto ao grau de influência que os membros do bloco, especialmente a China, obtêm sobre os países da ASEAN por meio do financiamento de infraestrutura, políticas comerciais e investimentos tecnológicos (Lai et al. 2020; Shaikh e Chen 2021). Alguns analistas argumentam que os Estados da ASEAN devem garantir que as relações com

o BRICS reforcem a agência econômica, em vez de criar novas dependências (To e Acuña 2019).

Há também a questão do alinhamento político. A ASEAN busca há muito tempo preservar sua autonomia estratégica e evitar o envolvimento direto nas rivalidades entre as grandes potências (Jones 2010). O BRICS, contudo, tem sido cada vez mais visto como um contrapeso emergente às instituições liberais, particularmente nos debates sobre governança global (Abdenur 2014). Se o BRICS se posicionar como um bloco econômico abertamente antiocidental, os Estados da ASEAN poderão se ver pressionados a tomar partido na governança econômica global, o que poderia comprometer o equilíbrio estratégico entre a China, os Estados Unidos e outros atores globais.

Para preservar a autonomia regional, os Estados da ASEAN devem garantir que o engajamento com o BRICS seja estruturado por meio de mecanismos liderados pela própria ASEAN e não ditado por atores econômicos externos. A tarefa da ASEAN é, portanto, tornar o engajamento com o BRICS em uma fonte coletiva de poder de barganha, em vez de uma dependência bilateral fragmentada. Isso exige uma coordenação regional mais forte, padrões mais claros para o financiamento do desenvolvimento e mecanismos liderados pela ASEAN que permitam aos Estados-membros interagir com o BRICS sem enfraquecer a centralidade da ASEAN.

A diversidade interna do BRICS: interesses divergentes no Sudeste Asiático

Outra limitação significativa do engajamento do BRICS no Sudeste Asiático é a diversidade de prioridades econômicas e estratégicas no próprio bloco. Embora o BRICS se posicione como um agrupamento político-econômico coletivo, nem sempre seus membros compartilham visões unificadas sobre o engajamento no Sudeste Asiático. As assimetrias econômicas e as tensões geopolíticas dentro do BRICS levantam questões sobre sua coesão a longo prazo e sua capacidade de operar como um parceiro econômico confiável para os Estados da ASEAN.

A China é, de longe, o ator econômico dominante dentro dos BRICS, respondendo pela maior parte dos fluxos de comércio e investimento do bloco com o Sudeste Asiático (ASEAN Stats s.d., 2023; Gong 2019; Ting 2016). No entanto, a abordagem da Índia em relação ao engajamento econômico regional difere significativamente da chinesa, com Nova Délhi frequentemente priorizando acordos comerciais bilaterais, parcerias estratégicas e cooperação

em tecnologia, em vez de financiamento de infraestrutura de larga escala (ASEAN Stats 2023; Banik e Kim 2024). Enquanto isso, a Rússia mantém o foco em investimentos nos setores de energia e defesa, ao passo que o Brasil e a África do Sul têm influência econômica direta limitada no Sudeste Asiático (ASEAN Stats 2023). Esse nível desigual de engajamento entre os membros do BRICS levanta questões sobre se os países da ASEAN podem esperar uma estratégia econômica do BRICS verdadeiramente coletiva, ou se as interações do bloco serão impulsionadas principalmente pelas prioridades individuais da China e da Índia.

Ademais, as tensões internas do BRICS, como as disputas fronteiriças entre China e Índia, o isolamento geopolítico da Rússia e a orientação oscilante da política externa do Brasil, acrescentam complexidade à capacidade do bloco de atuar de forma coesa (Nuruzzaman 2022; Diko e Sempijja 2021; Silva Araújo et al. 2025; Stephen 2012). Os Estados da ASEAN podem constatar que suas interações com o BRICS não conduzem a uma estabilidade institucional de longo prazo, uma vez que a mudança das prioridades políticas entre os membros do BRICS pode resultar em inconsistências nas políticas e compromissos econômicos oscilantes.

Para a ASEAN, isso levanta a questão de se o BRICS pode verdadeiramente servir como um parceiro multilateral estável e de longo prazo, ou se os Estados da ASEAN precisarão interagir com o bloco de forma seletiva, priorizando parcerias bilaterais específicas em vez de depender do BRICS como uma entidade unificada. Isso também é uma questão do liberalismo institucional. As instituições são mais úteis quando geram compromissos previsíveis entre membros diversos. Se o BRICS permanecer excessivamente heterogêneo internamente, os países da ASEAN poderão encará-lo menos como um parceiro multilateral coerente e mais como uma plataforma flexível para o engajamento seletivo com potências individuais.

Conclusão

Este artigo argumenta que a relevância do BRICS para o Sudeste Asiático pode ser compreendida sob a ótica do liberalismo institucional: sua importância reside nos canais adicionais de cooperação, financiamento e representação que o bloco pode oferecer. O engajamento do BRICS no Sudeste Asiático, marcado pela adesão plena da Indonésia e pelo status de nações parceiras da Tailândia, Vietnã e Malásia, reflete a crescente influência econômica e geopolítica do bloco na região. Sob uma perspectiva liberal institucionalista, o significado do BRICS reside em sua capacidade

de ampliar as opções institucionais disponíveis aos Estados do Sudeste Asiático. O liberalismo destaca o papel das instituições na promoção da cooperação, redução da dependência de relações de poder bilaterais e criação de oportunidades recorrentes de negociação. O BRICS, portanto, oferece aos Estados da ASEAN plataformas adicionais de interação com as principais economias emergentes, incluindo a China, ao mesmo tempo em que mantém sua participação em estruturas lideradas pela ASEAN e pelo Ocidente. O BRICS se apresenta como uma plataforma alternativa de financiamento ao desenvolvimento, ampliação do comércio e reforma da governança global, oferecendo aos Estados da ASEAN novas oportunidades para diversificação econômica e autonomia estratégica. Contudo, seu engajamento também levanta desafios críticos relacionados a modelos de governança, soberania regional e coesão externa que moldarão seu papel a longo prazo no Sudeste Asiático.

Um dos debates mais importantes em torno do BRICS diz respeito a como o bloco complementa e compete com as estruturas de governança lideradas pelo Ocidente, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento. Embora o BRICS ofereça mecanismos alternativos de financiamento através de instituições como o Novo Banco de Desenvolvimento, persistem preocupações quanto à transparência financeira, à sustentabilidade da dívida e à responsabilidade na governança. A abordagem centrada no Estado do BRICS ao financiamento para desenvolvimento, que evita em grande medida condicionalidades, atrai os países da ASEAN que buscam maior autonomia econômica. Contudo, os efeitos a longo prazo de projetos financiados pelo BRICS permanecem incertos, particularmente no que diz respeito à dívida de infraestrutura, dependência econômica e supervisão regulatória. Os Estados da ASEAN devem cautelosamente equilibrar o engajamento com o BRICS e com instituições financeiras tradicionais para maximizar os ganhos enquanto evitam a dependência excessiva a um único modelo econômico.

A autonomia da ASEAN e sua coerência regional enfrentam novas pressões à medida que o BRICS amplia sua presença no Sudeste Asiático. Ao contrário das parcerias econômicas tradicionais, que reconhecem a ASEAN como uma entidade coletiva, a atuação do BRICS tem ocorrido, em grande medida, por meio de acordos bilaterais, com destaque para o papel dominante da China. Embora o princípio de não intervenção do BRICS se alinhe às tradições diplomáticas da ASEAN, preocupações sobre se sua influência financeira poderia comprometer os processos de tomada de decisão e a unidade regional da ASEAN persistem. A ASEAN deve garantir que o engajamento com o BRICS fortaleça a integração regional, em vez de levar à

fragmentação por meio de acordos bilaterais não coordenados.

Além disso, o BRICS não é um bloco monolítico e sua diversidade interna apresenta mais um desafio fundamental para sua atuação no Sudeste Asiático. A assimetria econômica entre a China e outros membros do BRICS, somada a prioridades estratégicas divergentes da Índia, Rússia, Brasil e África do Sul, levanta questionamentos acerca da coesão do bloco a longo prazo e sua confiabilidade como parceiro multilateral unificado. Embora a China continue sendo o principal motor dos laços econômicos entre o BRICS e a ASEAN, o engajamento seletivo da Índia, a abordagem centrada no setor de energia da Rússia e a influência regional limitada do Brasil e da África do Sul sugerem que os Estados da ASEAN talvez precisem interagir com o BRICS por meio de relações bilaterais específicas, em vez de depender do bloco como uma entidade econômica coesa.

Além das parcerias econômicas, o papel do BRICS na reforma da governança global é outro fator a moldar seu engajamento com o Sudeste Asiático. Ao defender maior representação de economias em desenvolvimento no FMI, Banco Mundial e OMC, o BRICS se alinha às aspirações da ASEAN por uma ordem econômica mundial mais inclusiva e multipolar. No entanto, o quanto o BRICS é capaz de efetivamente desafiar instituições dominadas pelo Ocidente sem se tornar um bloco de poder alternativo dominado pela China e pela Índia permanece uma preocupação central. Os países da ASEAN devem interagir com o BRICS de forma a ampliar sua influência coletiva na governança mundial, sem serem arrastados para rivalidades geopolíticas entre as principais potências mundiais.

Em última análise, o sucesso do BRICS no Sudeste Asiático dependerá de quão bem os Estados da ASEAN lidarão com essas oportunidades e desafios. Se gerido estrategicamente, o BRICS pode atuar como um parceiro econômico complementar, oferecendo opções de financiamento, diversificação comercial e vantagem diplomática nas instituições globais. Contudo, se os Estados da ASEAN não conseguirem estabelecer mecanismos de engajamento transparentes e baseados em regras, o BRICS poderá introduzir novas dependências econômicas e enfraquecer o poder de barganha coletivo da ASEAN. O desafio para a ASEAN é garantir que sua relação com o BRICS permaneça institucionalmente estruturada, financeiramente sustentável e politicamente neutra, permitindo que a região maximize os ganhos econômicos sem comprometer sua autonomia estratégica a longo prazo.

À medida que o BRICS continua a evoluir, sua influência no Sudeste Asiático tende a crescer, moldando o cenário econômico e o posicionamento geopolítico da região. No entanto, os Estados da ASEAN devem manter uma postura proativa na definição dessa parceria sobre seus próprios termos,

aproveitando o BRICS para o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que preservam a coerência regional, a independência institucional e parcerias globais diversificadas. O futuro do BRICS no Sudeste Asiático não está pré-determinado; ele será definido pelas escolhas estratégicas feitas pelos Estados da ASEAN na gestão de seu engajamento com esse bloco econômico emergente.

Referências

- Abdenur, Adriana Erthal. 2014. "China and the BRICS Development Bank: Legitimacy and Multilateralism in South-South Cooperation." *IDS Bulletin* 45 (4): 85–101. <https://doi.org/10.1111/1759-5436.12095>.
- Acharya, Amitav. 2004. "How Ideas Spread: Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism." *International Organization* 58 (02): 02. <https://doi.org/10.1017/S0020818304582024>.
- AIIB. s.d. AIIB Indonesia Project List. https://www.aiib.org/en/projects/list/year/All/member/Indonesia/sector/All/financing_type/All/status/Proposed.
- Aleksia, Casandra, e Arief Rizky Bakhtiar. 2023. "BRICS as New Alternatives in Reforming International Financial Institutions and Economic Partnerships." *Insignia: Journal of International Relations* 10 (2): 128. <https://doi.org/10.20884/1.ins.2023.10.2.9135>.
- Armijo, Leslie Elliott, e Cynthia Roberts. 2014. "The Emerging Powers and Global Governance: Why the BRICS Matter." In *Handbook of Emerging Economies*, organizado por Robert E. Looney. Routledge.
- Armstrong, Shiro, e Peter Drysdale. 2022. "The Economic Cooperation Potential of East Asia's RCEP Agreement." *East Asian Economic Review* 26 (1): 3–25. <https://doi.org/10.11644/KIEP.EAER.2022.26.1.403>.
- Arnakim, Lili Yulyadi, e Siti Mariam Mat. 2021. "MALAYSIA DAN ASEAN: KEPENTINGAN DAN PENDEKATAN MALAYSIA TERHADAP ASEAN, 1967-2017." *SEJARAH* 30 (2): 116–35. <https://doi.org/10.22452/sejarah.vol30no2.7>.
- Arora, Ashish, V. S. Arunachalam, Jai Asundi, e Ronald Fernandes. 2001. "The Indian Software Services Industry." *Research Policy* 30 (8): 1267–87. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(00\)00148-7](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(00)00148-7).
- ASEAN. 2021. Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) Agreement to Enter into Force on 1 January 2022. <https://asean.org/regional-comprehensive-economic-partnership-rcep-to-enter-into>

- force-on-1-january-2022/.
- ASEAN Stats. 2023. ASEAN Trade in Goods (IMTS) Dashboard. <https://data.aseanstats.org/dashboard/imts.hs2>.
- ASEAN Stats. s.d. Flows of Inward Foreign Direct Investment (FDI) into AMS by Source Country (in Million US\$). <https://data.aseanstats.org/fdi-by-hosts-and-source-inward>.
- Ayodele, Odilile. 2025. "The Emerging BRICS Financial Architecture: A Catalyst for Global Governance Reform?" *Politikon*, 1–20.
- Banik, Nilanjan, e Misu Kim. 2024. "India–ASEAN Trade Relations: Examining the Trends and Identifying the Potential." *Global Business Review* 25 (2_suppl): S59–77. <https://doi.org/10.1177/0972150920953546>.
- Beeson, Mark, e Jinghan Zeng. 2018. "The BRICS and Global Governance: China's Contradictory Role." *Third World Quarterly* 39 (10): 1962–78. <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1438186>.
- Behuria, Ashok K. 2018. "How Sri Lanka Walked into a Debt Trap, and the Way Out." *Strategic Analysis* 42 (2): 168–78. <https://doi.org/10.1080/09700161.2018.1439327>.
- Biglaiser, Glen, e Ronald J. McGauvran. 2022. "The Effects of IMF Loan Conditions on Poverty in the Developing World." *Journal of International Relations and Development* 25 (3): 806–33. <https://doi.org/10.1057/s41268-022-00263-1>.
- Bond, Patrick. 2020. "BRICS Banking and the Demise of Alternatives to the IMF and World Bank." In *International Development Assistance and the BRICS*, organizado por Jose A. Puppim De Oliveira e Yijia Jing. Governing China in the 21st Century. Springer Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-32-9644-2_8.
- Bryndin, Evgeniy. 2022. "Transition of Countries to Currency and Trade Sustainable International Cooperation on the BRICS Platform." *Resources and Environmental Economics* 4 (2): 367–71. <https://doi.org/10.25082/REE.2022.02.003>.
- Callaghan, Mike, e Paul Hubbard. 2016. "The Asian Infrastructure Investment Bank: Multilateralism on the Silk Road." *China Economic Journal* 9 (2): 116–39. <https://doi.org/10.1080/17538963.2016.1162970>.
- Cammack, Paul. 2020. "Reproduction Versus Transformation: The Case of the Asian Infrastructure Investment Bank." *Global Society* 34 (3): 409–23. <https://doi.org/10.1080/13600826.2020.1739634>.
- Castro, Renato Cruz De. 2017. "The 12 July 2016 Permanent Court of Arbitration's (PCA) Award: The Philippines' Lawfare versus China's Realpolitik in the South China Sea Dispute." *International Journal of*

- China Studies* 8 (3): 347–72.
- Chen, Lurong, Aladdin D. Rillo, Yuanita Suhud, e Michelle Chandra Kasih. 2024. “Further ASEAN–China Cooperation for Joint Prosperity: Envisioning ACFTA 3.0 in the Digital Era.” In *Further ASEAN–China Cooperation for Joint Prosperity: Envisioning the ACFTA 3.0*, organizado por Lurong Chen e Aladdin D. Rillo. https://www.eria.org/uploads/Further-ASEAN-China-Cooperation-for-Joint-Prosperity-rev_.pdf#page=14.
- Chen, Xiaoqiang, Lihua Yuan, e Changqing Song. 2023. “Investigating Merchandise Trade Structure in the RCEP Region from the Perspective of Regional Integration.” *Journal of Geographical Sciences* 33 (6): 1185–204. <https://doi.org/10.1007/s11442-023-2125-7>.
- Chew, Melanie. 1994. “Human Rights in Singapore: Perceptions and Problems.” *Asian Survey* 34 (11): 933–48. <https://doi.org/10.2307/2645345>.
- Chung, Kee Hoon. 2021. “Towards Rule-Based Institutions and Economic Growth in Asia? Evidence from the Asian Financial Crisis 1997–1998.” *Asian Journal of Comparative Politics* 6 (3): 274–92. <https://doi.org/10.1177/2057891120962575>.
- Cooper, Andrew F. 2017. “The BRICS’ New Development Bank: Shifting from Material Leverage to Innovative Capacity.” *Global Policy* 8 (3): 275–84. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12458>.
- Cormier, Ben, e Mark S. Manger. 2022. “Power, Ideas, and World Bank Conditionality.” *The Review of International Organizations* 17 (3): 397–425. <https://doi.org/10.1007/s11558-021-09427-z>.
- Creutz, Katja. 2023a. “Multilateral Development Banks as Agents of Connectivity: The Asian Development Bank (ADB) and the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB).” *East Asia* 40 (3): 335–56. <https://doi.org/10.1007/s12140-023-09408-6>.
- Creutz, Katja. 2023b. “The Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) and Rights Protection: Revisionist or Just Another Kid on the Block?” *The International Journal of Human Rights* 27 (7): 1107–32. <https://doi.org/10.1080/13642987.2022.2033727>.
- Crumpton, Charles David, Supawatanakorn Wongthanavasut, Peerasit Kamnuansilpa, John Draper, e Eva Bialobrzeski. 2021. “Assessing the ASEAN Smart Cities Network (ASCN) via the Quintuple Helix Innovation Framework, with Special Regard to Smart City Discourse, Civil Participation, and Environmental Performance.” *International Journal of Urban Sustainable Development* 13 (1): 97–116. <https://doi.org/10.1080/19463138.2020.1827411>.
- De Jonge, Alice. 2017. “Perspectives on the Emerging Role of the Asian

- Infrastructure Investment Bank.” *International Affairs* 93 (5): 1061–84. <https://doi.org/10.1093/ia/iix156>.
- DEFA, ASEAN. 2023. “Digital Economy Framework Agreement (DEFA): ASEAN to Leap Forward Its Digital Economy and Unlock US\$2 Tn by 2030.” In ASEAN. <https://asean.org/asean-defa-study-projects-digital-economy-leap-to-us2tn-by-2030/>.
- Dergachev, A. L. 2021. “The Mineral Resource Sectors of BRICS Countries: Mutual Supplies and Regulation of the Global Market of Mineral Raw Materials.” *Moscow University Geology Bulletin* 76 (5): 471–81. <https://doi.org/10.3103/S0145875221050070>.
- Diko, Ngqophisa, e Norman Sempijja. 2021. “Does Participation in BRICS Foster South-South Cooperation? Brazil, South Africa, and the Global South.” *Journal of Contemporary African Studies* 39 (1): 151–67. <https://doi.org/10.1080/02589001.2020.1837746>.
- Duggan, Niall, Bas Hooijmaaijers, Marek Rewizorski, e Ekaterina Arapova. 2022. “Introduction: ‘The BRICS, Global Governance, and Challenges for South–South Cooperation in a Post-Western World.’” *International Political Science Review* 43 (4): 469–80. <https://doi.org/10.1177/01925121211052211>.
- Fernández, Marta, e Maria Elena Rodriguez. 2026. “BRICS and the Global South: Anticipating the Steps of the Global North.” *E-International Relations*. <https://www.e-ir.info/2026/02/20/brics-and-the-global-south-anticipating-the-steps-of-the-global-north/>.
- Frangakis, Marica. 2015. “Public Debt Crisis, Austerity and Deflation: The Case of Greece.” *Review of Keynesian Economics* 3 (3): 295–313. <https://doi.org/10.4337/roke.2015.03.02>.
- Gong, Xue. 2019. “The Belt and Road Initiative and China’s Influence in Southeast Asia.” *The Pacific Review* 32 (4): 635–65. <https://doi.org/10.1080/09512748.2018.1513950>.
- Gould, Matthew, e Matthew D. Rablen. 2016. “Equitable Representation in Councils: Theory and an Application to the United Nations Security Council.” *Public Choice* 169 (1–2): 19–51. <https://doi.org/10.1007/s11127-016-0368-x>.
- Greenaway, David, e Oliver Morrissey. 1993. “Structural Adjustment and Liberalisation in Developing Countries: What Lessons Have We Learned?” *Kyklos* 46 (2): 241–61. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6435.1993.tb02423.x>.
- Güngen, Ali Rıza. 2023. “New Multilateral Development Banks and Green Lending: Approaching Scalar Complexities in the Global South.” *Development and Change* 54 (2): 251–79. <https://doi.org/10.1111/>

dech.12755.

- Guo, Yanjun. 2021. "The Regional Comprehensive Economic Partnership in the Asia-Pacific Cooperation Process." *East Asian Policy* 13 (04): 33–45. <https://doi.org/10.1142/S1793930521000271>.
- Güven, Ali Burak. 2017. "Defending Supremacy: How the IMF and the World Bank Navigate the Challenge of Rising Powers." *International Affairs* 93 (5): 1149–66. <https://doi.org/10.1093/ia/iix167>.
- Harrigan, Jane e Paul Mosley. 1991. "Evaluating the Impact of World Bank Structural Adjustment Lending: 1980–87." *Journal of Development Studies* 27 (3): 63–94. <https://doi.org/10.1080/00220389108422204>.
- Helleiner, G. K. 1992. "The IMF, the World Bank and Africa's Adjustment and External Debt Problems: An Unofficial View." *World Development* 20 (6): 779–92. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(92\)90051-V](https://doi.org/10.1016/0305-750X(92)90051-V).
- Hooijmaaijers, Bas. 2021. "China, the BRICS, and the Limitations of Reshaping Global Economic Governance." *The Pacific Review* 34 (1): 29–55. <https://doi.org/10.1080/09512748.2019.1649298>.
- Huadong, Guo. 2018. "Steps to the Digital Silk Road." *Nature* 554 (7690): 25–27. <https://doi.org/10.1038/d41586-018-01303-y>.
- Hund, Markus. 2003. "ASEAN Plus Three: Towards a New Age of Pan-East Asian Regionalism? A Skeptic's Appraisal." *The Pacific Review* 16 (3): 383–417. <https://doi.org/10.1080/0951274032000085644>.
- Hussain, Fakhar, Zakar Hussain, Muhammad Ikramullah Khan, e Ali Imran. 2024. "The Digital Rise and Its Economic Implications for China through the Digital Silk Road under the Belt and Road Initiative." *Asian Journal of Comparative Politics* 9 (2): 238–53. <https://doi.org/10.1177/20578911231174731>.
- Huyen, Pham Thi Thu, e Ngo Tuan Thang. 2020. "China's Belt and Road Initiative (BRI): Challenges and Opportunities for Vietnam." In *Critical Reflections on China's Belt & Road Initiative*, organizado por Alan Chong and Quang Minh Pham. Springer Nature Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-13-2098-9_13.
- Ikenberry, G. John. 2011. *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order*. Princeton University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctt7rjt2>.
- IMF. 1998. Indonesia IMF Letter of Intent. <https://www.imf.org/external/np/loi/1113a98.htm>.
- Jaipragas, Bhavan. 2019. "Malaysia's ECRL: US\$20 Billion Rail Deal Still 'Being Negotiated', Says Mahathir Mohamad." *South China Morning Post*, 1 de fevereiro. <https://www.scmp.com/week-asia/politics/>

- article/2184735/malaysias-ecrl-us20-billion-rail-deal-still-being-negotiated-says.
- Jones, Lee. 2010. "ASEAN's Unchanged Melody? The Theory and Practice of 'Non-Interference' in Southeast Asia." *The Pacific Review* 23 (4): 479–502. <https://doi.org/10.1080/09512748.2010.495996>.
- Keohane, Robert. 1984. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*.
- Keohane, Robert, e Joseph Nye. 1977. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*.
- Keohane, Robert O. 1984. "After Hegemony: Transatlantic Economic Relations in the next Decade." *The International Spectator* 19 (1): 3–9. <https://doi.org/10.1080/03932728408456529>.
- Korolev, Alexander S. 2024. "Russia-ASEAN Relations—Strategic Partnership or Strategic Illusion?" *Russia in Global Affairs* 22 (3): 159–78. <https://doi.org/10.31278/1810-6374-2024-22-3-159-178>.
- Kuik, Cheng-Chwee. 2016. "How Do Weaker States Hedge? Unpacking ASEAN States' Alignment Behavior towards China." *Journal of Contemporary China* 25 (100): 500–514. <https://doi.org/10.1080/10670564.2015.1132714>.
- Kuik, Cheng-Chwee. 2021. "Getting Hedging Right: A Small-State Perspective." *China International Strategy Review* 3 (2): 300–315. <https://doi.org/10.1007/s42533-021-00089-5>.
- Kusumastuti, R. D., e J. Rouli. 2021. "Smart City Implementation and Citizen Engagement in Indonesia." *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science* 940 (1): 012076. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/940/1/012076>.
- Kutu, Adebayo Augustine, e Harold Ngalawa. 2017. "Monetary Policy and Industrial Output in the BRICS Countries: A Markov-Switching Model." *Folia Oeconomica Stetinensia* 17 (2): 35–55. <https://doi.org/10.1515/fofi-2017-0017>.
- Lai, Karen P. Y., Shaun Lin, e James D. Sidaway. 2020. "Financing the Belt and Road Initiative (BRI): Research Agendas beyond the 'Debt-Trap' Discourse." *Eurasian Geography and Economics* 61 (2): 109–24. <https://doi.org/10.1080/15387216.2020.1726787>.
- Lau, Evan, e Koon Po Lee. 2008. "Interdependence of Income between China and ASEAN-5 Countries." *Journal of Chinese Economic and Foreign Trade Studies* 1 (2): 148–61. <https://doi.org/10.1108/17544400810884718>.
- Lee, Brice Tseen Fu, Ignacio Vicuña Betancourt, Juan Pablo Sims, Linh Dieu Dinh, e Yun-Tso Lee. 2026. "China's BRI and the EU's

- Global Gateway in Southeast Asia: Conditional Engagement Versus Non-Interference.” *China Report* 62 (1): 33–52. <https://doi.org/10.1177/00094455251392166>.
- Lee, Brice Tseen Fu, Salman Ali Bettani, e Juan Pablo Sims. 2024. “Rise of China: Harmony or Hegemony?” *Chinese Political Science Review*, ahead of print. <https://doi.org/10.1007/s41111-024-00253-3>.
- Lee, Brice Tseen Fu, Salman Ali Bettani, Juan Pablo Sims, e Yun-Tso Lee. 2024. “Southeast Asia as a Latent Kingmaker in the US-China Rivalry.” *Contemporary Chinese Political Economy and Strategic Relations* 10 (1).
- Lee, Brice Tseen Fu, Linh Dieu Dinh, Juan Pablo Sims, e Salman Ali Bettani. 2025. “ASEAN Digital Economy Framework Agreement (DEFA): Implications for Digital Trade and Regional Economic Integration.” *Journal of Strategic and Global Studies* 8 (1). <https://doi.org/10.7454/jsgs.v8i1.1166>.
- Lee, Brice Tseen Fu, Kotchaphop Kornphetcharat, e Juan Pablo Sims. 2025. “Indonesia in BRICS: A Realist Perspective.” *Journal of Strategic and Global Studies* 8 (2): 6.
- Lee, Brice Tseen Fu, e Juan Pablo Sims. 2024a. “Legitimacy through Diversity: China’s Leadership in the BRICS+ Expansion for Global Balance.” *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*. <https://doi.org/10.1007/s40647-024-00411-6>.
- Lee, Brice Tseen Fu, e Juan Pablo Sims. 2024b. “The BRICS+ Expansion, Global Trade Dynamics, and the Dedollarization Phenomenon.” *Unnes Political Science Journal* 8 (1).
- Lee, Brice Tseen Fu, Juan Pablo Sims, e Yun-Tso Lee. 2025. “BRICS Expansion: Threat or Opportunity for ASEAN?” *India Quarterly: A Journal of International Affairs*, 11 de abril, 09749284251328226. <https://doi.org/10.1177/09749284251328226>.
- Li, Li. 2019. “BRICS: A Limited Role in Transforming the World.” *Strategic Analysis* 43 (6): 499–508. <https://doi.org/10.1080/09700161.2019.1677017>.
- Lissovlik, Ya D. 2023. “BRICS-Plus: The New Force in Global Governance.” *Journal of International Analytics* 14 (1): 138–48. <https://doi.org/10.46272/2587-8476-2023-14-1-138-148>.
- Lissovlik, Yaroslav, e Evgeny Vinokurov. 2019. “Extending BRICS to BRICS+: The Potential for Development Finance, Connectivity and Financial Stability.” *Area Development and Policy* 4 (2): 117–33. <https://doi.org/10.1080/23792949.2018.1535246>.
- Lukin, Alexander, e Fan Xuesong. 2019. “What Is BRICS for China?” *Strategic Analysis* 43 (6): 620–31. <https://doi.org/10.1080/09700161.2019.1677017>.

69896.

- Mazenda, Adrino, e Ronney Ncwadi. 2016. "The Rise of BRICS Development Finance Institutions: A Comprehensive Look into the New Development Bank and the Contingency Reserve Arrangement." *AFRICAN EAST-ASIAN AFFAIRS* 0 (3). <https://doi.org/10.7552/0-3-178>.
- Mielniczuk, Fabiano. 2013. "brics in the Contemporary World: Changing Identities, Converging Interests." *Third World Quarterly* 34 (6): 1075–90. <https://doi.org/10.1080/01436597.2013.802506>.
- NDB. 2026. New Development Bank and Shanghai Rural Commercial Bank Signed Loan Agreement for Greener Shanghai Project. <https://www.ndb.int/news/new-development-bank-and-shanghai-rural-commercial-bank-signed-loan-agreement-for-greener-shanghai-project/>.
- NDB. s.d.a. Development Impact for Our Member Countries. <https://www.ndb.int/projects/>.
- NDB. s.d.b. NDB's General Strategy: 2017 – 2021. <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/07/NDB-Strategy-Final.pdf>.
- Norman, Izzah Aqilah. 2024. "Malaysia, Indonesia, Vietnam and Thailand Become Partner Countries of BRICS." *Channel News Asia*, 24 de outubro. <https://www.channelnewsasia.com/asia/malaysia-indonesia-vietnam-thailand-brics-asean-global-south-russia-china-4699841>.
- Nuruzzaman, Mohammed. 2022. "Conflicts, Strategic Divergences and the Survival of Economic Groupings: Will China–India Rivalry Make BRICS Obsolete?" *Asian Journal of Comparative Politics* 7 (4): 1025–44. <https://doi.org/10.1177/20578911221108800>.
- Ocran, Matthew Kofi. 2024. "The New Development Bank." In *Perspectives on Development Banks in Africa*. Springer Nature Switzerland. https://doi.org/10.1007/978-3-031-59511-0_17.
- Orakhelashvili, A. 2005. "The Impact of Peremptory Norms on the Interpretation and Application of United Nations Security Council Resolutions." *European Journal of International Law* 16 (1): 59–88. <https://doi.org/10.1093/ejil/chl103>.
- Park, Cyn-Young, Peter A. Petri, e Michael G. Plummer. 2021. "The Economics of Conflict and Cooperation in the Asia-Pacific: RCEP, CPTPP and the US-China Trade War." *East Asian Economic Review* 25 (3): 233–72. <https://doi.org/10.11644/KIEP.EAER.2021.25.3.397>.
- Petras, James, e Howard Brill. 1986. "The IMF, Austerity and the State in Latin America." *Third World Quarterly* 8 (2): 425–48. <https://doi.org/10.1080/01436597.1986.10555555>.

- org/10.1080/01436598608419907.
- Porca-Konjikusic, Sanela, Paul L. Hudson Jr, e Lodha Jain Harshi. 2024. "Global Economic Integration: How Do ASEAN and BRICS Organizations Contribute to the Process?" *BRICS Journal of Economics* 5 (2): 155–68.
- Purba, Aleksander, e John Tampil Purba. 2020. "Jakarta-Bandung High-Speed Rail Transportation Project: Facts and Challenges." *IOP Conference Series: Materials Science and Engineering* 918 (1): 012034. <https://doi.org/10.1088/1757-899X/918/1/012034>.
- Que, Chengyu, Fan Zhang, Junru Zhang, e Zhaoyong Zhang. 2020. "Trade Interdependence and Comparative Advantage Between China and Countries Along the Belt and Road." In *China's Rise and Internationalization*. WORLD SCIENTIFIC. https://doi.org/10.1142/9789811212239_0003.
- Ramcharan, Robin. 2000. "ASEAN and Non-Interference: A Principle Maintained." *Contemporary Southeast Asia*, 60–88.
- Roberts, Cynthia. 2019. "The BRICS in the Era of Renewed Great Power Competition." *Strategic Analysis* 43 (6): 469–86. <https://doi.org/10.1080/09700161.2019.1672930>.
- Rodan, Garry. 2009. "Accountability and Authoritarianism: Human Rights in Malaysia and Singapore." *Journal of Contemporary Asia* 39 (2): 180–203. <https://doi.org/10.1080/00472330902723782>.
- Sally, Razeen. 2004. Southeast Asia in the WTO. no. 5. Institute of Southeast Asian Studies.
- Shaikh, Rizwan, e Chien-Kai Chen. 2021. "China's Debt Trap in Pakistan? A Case Study of the CPEC Project." *South Asia Research* 41 (3): 399–414. <https://doi.org/10.1177/02627280211040650>.
- Silva Araújo, Leticia, Lucas Milanez De Lima Almeida, e Alexandre Cesar Cunha Leite. 2025. "Trade Relations between Brazil and Asean: An Analysis through the Lenses of Dependency and Deindustrialization." *Problemas Del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía* 56 (222): 27–58. <https://doi.org/10.22201/ieec.20078951e.2025.222.70341>.
- Sims, Juan Pablo, e Brice Tseen Fu Lee. 2025. "Hedging under Hegemony: Domestic Pathways to Autonomy in Latin America." *Frontiers in Political Science* 7 (October): 1658413. <https://doi.org/10.3389/fpos.2025.1658413>.
- Sims, Juan Pablo, Yun-Tso Lee, e Brice Tseen Fu Lee. 2023. "New Chinese Economic Policy to Latin America? A QCA Approach to the Belt and Road Initiative." *Chinese Political Science Review*, ahead of print, July. <https://doi.org/10.1007/s41111-023-00244-w>.

- Soesastro, Hadi. 1995. "ASEAN and APEC: Do Concentric Circles Work?" *The Pacific Review* 8 (3): 475-93. <https://doi.org/10.1080/09512749508719151>.
- Stephen, Matthew D. 2012. "Rising Regional Powers and International Institutions: The Foreign Policy Orientations of India, Brazil and South Africa." *Global Society* 26 (3): 3. <https://doi.org/10.1080/13600826.2012.682277>.
- Strangio, Sebastian. 2025. "Indonesia Officially Becomes First Southeast Asian Member of BRICS." *The Diplomat*, 8 de janeiro. <https://thediplomat.com/2025/01/indonesia-officially-becomes-first-southeast-asian-member-of-brics/>.
- Stubbs, Richard. 2002. "ASEAN Plus Three: Emerging East Asian Regionalism?" *Asian Survey* 42 (3): 440-55. <https://doi.org/10.1525/as.2002.42.3.440>.
- Suoneto, Noto, e Brice Tseen Fu Lee. 2024. "Asean Won't Become Obsolete Just Because a Few Members Join Brics." *South China Morning Post*, 4 de novembro. <https://www.scmp.com/opinion/asia-opinion/article/3284952/asean-wont-become-obsolete-just-because-few-members-join-brics>.
- Ting, Wai. 2016. "Increasing Economic Interdependence between China and ASEAN and Its Implications." *Journal of ASEAN Studies* 4 (2): 127-41.
- To, Emma Miriam Yin-Hang, e Rodrigo Acuña. 2019. "China and Venezuela: South-South Cooperation or Rearticulated Dependency?" *Latin American Perspectives* 46 (2): 126-40. <https://doi.org/10.1177/0094582X18813574>.
- Vestergaard, Jakob, e Robert H. Wade. 2013. "Protecting Power: How Western States Retain The Dominant Voice in The World Bank's Governance." *World Development* 46 (junho): 153-64. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.01.031>.
- Wang, Hongying. 2019. "The New Development Bank and the Asian Infrastructure Investment Bank: China's Ambiguous Approach to Global Financial Governance." *Development and Change* 50 (1): 221-44. <https://doi.org/10.1111/dech.12473>.
- Wigell, Mikael. 2016. "Conceptualizing Regional Powers' Geoeconomic Strategies: Neo-Imperialism, Neo-Mercantilism, Hegemony, and Liberal Institutionalism." *Asia Europe Journal* 14 (2): 135-51. <https://doi.org/10.1007/s10308-015-0442-x>.
- Wu, Chien-Huei. 2020. "ASEAN at the Crossroads: Trap and Track between CPTPP and RCEP." *Journal of International Economic Law* 23 (1): 97-117. <https://doi.org/10.1093/jiel/jgz032>.

Yoo, In Tae, e Inkyoung Kim. 2016. “Free Trade Agreements for the Environment? Regional Economic Integration and Environmental Cooperation in East Asia.” *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics* 16 (5): 721–38. <https://doi.org/10.1007/s10784-015-9291-8>.

RESUMO

A expansão do BRICS no Sudeste Asiático, com a Indonésia como membro pleno e a Tailândia, Vietnã e Malásia como nações parceiras, apresenta novas oportunidades de crescimento econômico, cooperação institucional e reforma da governança global. Este artigo examina como o BRICS pode potencialmente complementar as estruturas regionais da ASEAN, oferecer mecanismos financeiros alternativos e fortalecer o papel do Sudeste Asiático na diplomacia multilateral. Embora persistam desafios como transparência da governança, sustentabilidade da dívida e assimetrias intrabloco no BRICS, o engajamento da ASEAN com o bloco oferece um caminho para uma ordem econômica mundial mais inclusiva. O alinhamento institucional estratégico determinará se o BRICS fortalece a autonomia econômica da ASEAN ou introduz novas dependências.

PALAVRAS-CHAVE

BRICS, Sudeste Asiático, Liberalismo, ASEAN, Multilateralismo

Recebido em 7 de fevereiro de 2025

Aprovado em 23 de maio de 2026

Traduzido por Maria Manoela Ribeiro Spolavori